

Caros servidores ambientais, segue um breve relato de nossa assembleia conjunta (Assemma, Asibama-DF e Sindisep-DF) realizada nesta quinta-feira, dia 06/11/2014 pelo fim da punição para quem faz pós graduação e para eleição de representante para o Encontro Nacional do Departamento do Meio Ambiente da CONDSEF.

Ao final, segue um resumo da reunião com o Sec. Executivo Francisco Gaetani que ocorreu após a assembleia.

Antes é preciso fazer justiça e parabenizar os mais de 60 presentes na assembleia, que como bem lembrado, não estavam lá em causa individual, mas em prol de todos os servidores que não puderam ir e da própria valorização e melhoria do nosso órgão e da gestão ambiental do país.

ARGUMENTAÇÃO:

Os representantes das associações locais (Assemma, Asibama-DF) da Ascema Nacional e do SINDSEP-DF fizeram as falas iniciais resumindo a situação, já amplamente divulgada, de como foi instituída uma punição para quem faz pós graduação. A fala foi aberta aos presentes que contribuíram essencialmente para o debate. A reunião começou as 9:30 e por volta de 11h um grupo de servidores subiu ao quint andar para tentar audiência com a ministra.

Nas falas foi lembrado que após anos de luta e negociação os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e PECMA conquistaram a Gratificação por Qualificação (GQ). Esta GQ é para incentivar os servidores a se qualificarem ou valorizar os que já tinham qualificação.

No entanto, o Decreto 8.158/13 no seu artigo sexto determinou que não se considerará como tempo de exercício o período de afastamento do servidor para a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado, ainda que de efetivo exercício e previsto na Lei nº 8.112.

Trata-se, na prática, de um congelamento na carreira que pune os servidores que se capacitam no interesse da administração pública. Esse congelamento não só desincentiva os servidores a fazerem mestrado e doutorado, como pune aqueles que fazem, já que há perdas salariais, visto que o servidor deixará de progredir na carreira e quando voltar estará em níveis inferiores do que estaria se não fizesse a pós-graduação.

Além disso, decretar essa punição fere os princípios básicos da transparência nas relações entre servidores e direção. Essa punição é uma ação sorrateira e vergonhosa para a gestão pública e para as autoridades que se dizem do lado dos trabalhadores. Recentemente foi publicada a Lei 13.026/2014, e por isso um novo decreto será necessário. No entanto, temos conhecimento de que essa cláusula de barreira permanece sendo defendida por agentes do governo.

Segundo a CGGP/MMA o argumento do MP em defesa dessa regra de barreira é que nossa carreira tem apenas 13 níveis e progredimos ano a ano. Isso se configura portanto como um subterfúgio técnico para implementar aquilo que foi derrotado politicamente nas mesas de negociações e fruto de acordos: prolongar o tempo dos servidores atingirem o topo da carreira. Quem sair para doutorado por exemplo, não levará 13 anos, mas 17 ou 18 para chegar ao topo da carreira...

Os servidores exigiram saber o posicionamento da ministra sobre essa regra, já que ela costuma incentivar, em suas falas, que todos se especializem, façam mestrado, doutorado, assim como ela fez durante sua carreira no Ibama.

Foi lembrado que a Assemma havia solicitado audiência com a ministra e que o ofício nem chegou a nossa dirigente máxima, tendo sido reencaminhado para a SPOA, na semana

passada foi feito contato com o GM e solicitamos reconsideração do pedido de audiência expondo que era necessário pauta-la diretamente sobre a real dimensão dos impactos dessa regra que ela assinou no ano passado e poderá assinar novamente agora;

Ressaltou-se que se essa cláusula for aprovada servirá de moeda de troca nas negociações salariais do ano que vem, e portanto podem prejudicar não apenas quem sair para pós graduação haja vista que alguns ganhos, como a GQ III, aumento nos valores salariais podem ser preteridos em "troca" de voltar-se atrás com essa regra...

Ao final foi feita a eleição de representantes do MMA para participar da reunião do Encontro Nacional do Departamento do Meio Ambiente (DENTMA) da CONDSEF, que será realizado no dia 21/11, na CNTI/Luziânia/GO, para tratar da campanha salarial de 2015.

Como só haviam 10 sindicalizados presentes, elgemos um representante, o servidor Erico Cademartori, atual presidente da Ascema Nacional.

ENCAMINHAMENTOS:

- um grupo de servidores subiu ao 5º andar para solicitar audiência de urgência com a ministra (foram recebidos pelo Sec. Francisco Gaetani, conforme descrição abaixo)

- a Ascema Nacional deverá notificar o MMA e o MP com os argumentos acima expostos, destacando que isso é uma quebra de acordo e solicitando reunião com a SEGEP e SRT/MP para tratar do assunto;

- Os servidores se dispuseram a realizar outras ações de pressão caso o MMA não se posicionasse em favor de sua carreira e caso o MP não demonstrar clara disposição em resolver a questão.

REUNIÃO COM O SECRETARIO EXECUTIVO:

Conforme decidido na assembleia, cerca de 20 servidores foram ao quinto andar para pressionar nosso dirigentes a receber os representantes da categoria. Após 40 minutos de espera a ministra sequer havia sido informada de nossa presença (sob o argumento de que ela estava em uma audiência com um assessor).

Os servidores que já haviam sido impedidos de passarem do saguão do elevador, solicitaram de maneira civilizada, mas em alto e bom tom, que fôssemos atendidos pela ministra, não fomos, mas após 5 minutos o Secretário Gaetani atendeu 6 representantes dos servidores (Raul e Lúcio pela Assemma, Ariana pela Asibama-DF, Erico e Vitor pela Ascema Nacional e Mirian pelo Sindisep).

Repassamos de maneira sucinta toda a argumentação exposta na assembleia, esclarecendo a situação ao secretário que por sua vez disse já ter sido contrário à essa regra no ano passado. Argumentamos que o pedido de reunião com a ministra é devido à percepção de que ela não havia sido devidamente pautada sobre os reais impactos dessa cláusula de barreira, conforme explicado acima.

Mostramos as simulações em três diferentes casos ([veja aqui](#)) e reiteramos que a regra não é coerente com as políticas de incentivo e com a instituição das GQ's depois de tanto suor, estamos preocupados com a excelência do MMA e com a atratividade dessa carreira, não podemos permitir que seja dado esse passo atrás.

Ressaltamos que a questão fere a lei 8112 e quebra o acordo feito com a categoria em 2012.

O Secretário se mostrou contrariado com essa regra e questionou se ela está valendo para todo o executivo federal, nós citamos que para as carreiras do ciclo de gestão, por exemplo, não existe essa cláusula, considerando-se o afastamento em efetivo exercício para todos os fins, inclusive para progressão.

O Secretário disse que o MMA se posicionaria oficialmente contra a imposição desta barreira. Nós lembramos que o momento é agora pois o novo decreto em gestação no MP, está na CONJUR daquele órgão e deve vir em breve para a ministra Izabella assinar.

Outros assuntos foram colocados em pauta a pedido da Ascema Nacional e foram recepcionados pelo secretário, principalmente sobre a questão da instrução normativa que impactará nos servidores do ICMBio lotados nos Centros de pesquisa caso sejam fechados, a exemplo do que aconteceu com os servidores de escritórios do Ibama. Outro ponto conversado foi sobre apoio pra melhorar as GQ's e criar a GQ III.

O secretário Gaetani se comprometeu em:

- Oficializar o posicionamento do MMA junto ao MP (com cópia às associações)

- Agendar nova reunião para a semana que vem com a presença da ministra, dos servidores e da CGGP, para tratar do assunto e das GQ's.

- Verificar a questão da instrução normativa que afeta os Centros de Pesquisa.

À Ascema Nacional caberá:

- Oficializar novo pedido de audiência com a ministra, com base no compromisso assumido nessa reunião com o secretário.

Duas observações:

o ponto positivo: a atitude do Sec.Executivo que nos atendeu e de forma simpática se comprometeu com nossos pleitos;

o ponto negativo: infelizmente ainda é preciso fazer barulho para conseguir uma simples reunião.

ASSEMMA e Asibama-DF

(juntos somos mais fortes)